

Estados criticam ajuda do governo

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propõe, hoje, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a redução de 11% para 7% do percentual da receita dos estados destinadas ao pagamento de dívidas com o governo federal. Bezerra criticou o programa de ajuda aos estados que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na semana passada. Ontem, representantes da Confederação Nacional dos Prefeitos estiveram com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, pedindo dinheiro para pagar o décimo-terceiro de seus funcionários.

Segundo o presidente da Confederação, o prefeito de Cacequi (RS), Gil Almeida, Malan disse que não tem os R\$ 600 milhões necessários para que 80% dos quase cinco mil municípios ponham suas contas em dia. Os prefeitos reclamam que o governo reduziu a atividade econômica e, conseqüentemente, a arrecadação do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Mas grande parte dos funcionários municipais ganham salário mínimo e o aumento de maio foi de 42%”, disse Almeida.

Rolagem — Insatisfeito com

os programas de empréstimos aos estados anunciados pelo governo, o senador Carlos Bezerra quer agora incluir todos os débitos que têm aval do Tesouro Nacional na lei de rolagem das dívidas dos estados com o governo. Não se sabe o tamanho desses débitos, mas a rolagem atual já inclui R\$ 33 bilhões.

Bezerra contou que o estado de Alagoas, por exemplo, precisa de R\$ 200 milhões. Mas, pelo programa do governo, só teria direito a R\$ 60 milhões. É que os estados não podem receber empréstimo que os obrigue a pagar mensalmente mais que 4% de sua receita. “Os

bancos conseguiram juros de 2% ao ano e nós teríamos que pagar TR (taxa referencial) mais 6.5% ao ano”, completou.

O senador também vai apontar o que ele chama de “inconstitucionalidades” da resolução do CMN. Segundo ele, a Secretaria do Tesouro Nacional, por exemplo, ficou com amplos poderes sobre os estados. Pela resolução, a Secretaria pode fazer auditorias nos estados e exigir um contrato em que este fica comprometido com o pagamento de 11% de sua receita para qualquer tipo de dívida.